

**RE nos EDcl no AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº
52.818 - SP (2016/0338283-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MUDE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADOS : RICARDO ALEXANDRE HIDALGO PACE - SP182632
FABIANA BETTAMIO VIVONE TRAUZOLA E OUTRO(S) -
SP216360
FLAVIO EDUARDO SILVA DE CARVALHO - DF020720
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE AUTORIZOU A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. PRORROGAÇÕES DA MEDIDA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. COMPARTILHAMENTO DE DADOS OBTIDOS EM INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL, EM PARTE, SE NEGA SEGUIMENTO E, NO MAIS, NÃO SE ADMITE.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por MUDE COMÉRCIO E

SERVIÇOS LTDA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. PROVA OBTIDA EM PROCESSO CRIMINAL, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. COMPARTILHAMENTO COM A RECEITA FEDERAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a decisão impugnada por seus próprios fundamentos.

II - Não há nulidade na decisão judicial que autorizou o compartilhamento das informações regularmente obtidas em procedimento criminal - mediante interceptações telefônicas autorizadas pelo Juízo competente -, com a Receita Federal do Brasil.

III - *"A prova validamente obtida com a quebra de sigilo bancário, em procedimento criminal e por motivada decisão, pode ser compartilhada com a Receita Federal, nos termos do que dispõe a Lei nº 105/201"* (RMS n. 17.915/PR, Rel. **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 18/12/2014).

Agravo regimental desprovido (fl. 1363).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1434/1444).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1449/1510) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos arts. 5º, incisos XII, LIV e LV, 93, inciso IX, e 136, § 2º, todos da Constituição Federal.

Afirma que "o agravo regimental (...) foi levado a julgamento em mesa sem a prévia publicação de pauta", o que teria violado seu direito de defesa (fl. 1456).

Pondera que esta Corte deixou de se manifestar acerca de temas ventilados nos embargos de declaração.

Defende a inconstitucionalidade do compartilhamento das interceptações telefônicas e telemáticas para utilização em feitos não criminais e, ainda, a inconstitucionalidade das decisões que autorizaram as interceptações e suas sucessivas prorrogações, haja vista que teriam sido realizadas com base em "suposições e conjecturas, sem qualquer dado objetivo que pudesse indicar a prática de ilícitos penais", destacando, ainda, que as decisões posteriores que prorrogaram as interceptações não demonstraram a sua imprescindibilidade (fl. 1462).

É o relatório.

No que tange à alegada violação do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, em razão da ausência de publicação da pauta de julgamento do agravo interno, verifica-se que o tema não foi objeto de apreciação por esta Corte Superior de Justiça, porquanto não fora suscitado em sede de embargos de declaração.

Desse modo, na espécie, incidem os Enunciados n.º 282 e n.º 356 da Súmula do Excelso Pretório, respectivamente, *in verbis*:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na

decisão recorrida, a questão federal suscitada".

"O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282/STF E 356/STF. DEMONSTRAÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. TERRENO DE MARINHA. INTERESSE DA UNIÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279/STF. CONTROVÉRSIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - É inviável o recurso extraordinário cuja questão constitucional nele arguida não tiver sido prequestionada. Incidência das Súmulas 282/STF e 356/STF.

(...)

V - Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1133667 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 24/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 30-08-2018 PUBLIC 31-08-2018).

No mais, quanto à questão da ausência de fundamentação da decisão que autorizou a interceptação telefônica, da leitura do acórdão prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que se concluiu, no ponto, pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso da competência desta Corte, **o que impediu a análise do mérito recursal**.

Com efeito, na espécie, o aresto impugnado no recurso extraordinário não adentrou ao mérito quanto à referida matéria por entender que sua análise demandaria aprofundado reexame do acervo fático-probatório, inviável em sede de recurso especial.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009,

DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT
VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, ante a ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, que afasta o cabimento do recurso extraordinário em face da falta de repercussão geral, fica inviabilizada a análise da questão constitucional suscitada.

Outrossim, no tocante à ausência de demonstração da imprescindibilidade das prerrogativas da interceptação telefônica, verifica-se que eventual ofensa à Constituição Federal, se existente, seria meramente reflexa, demandando, pois, o tema, análise da legislação infraconstitucional (art. 2º, II, da Lei n.º 9.296/96), o que, consoante é cediço, é inviável em sede de apelo extremo.

Desse modo, neste ponto, o recurso extraordinário não deve ser admitido, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO MATÉRIA JORNALÍSTICA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS, 5º, V, IX E XIV, E 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O entendimento assinalado na decisão agravada não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no

acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário.

(...)

(ARE 1142567 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 30/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-265 DIVULG 10-12-2018 PUBLIC 11-12-2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PENAL. DEFICIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DA PEÇA RECURSAL. SÚMULA 284/STF. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 5º, LVII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA. SÚMULA 279/STF. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

II - O entendimento adotado na decisão agravada reproduz a jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, LVII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, bem como do revolvimento do quadro fático delineado na origem, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta.

(...)

IV - Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 1122497 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 30/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-262 DIVULG 05-12-2018 PUBLIC 06-12-2018)

Ademais, cumpre salientar que, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata de temas relativos à interceptação telefônica (Lei n.º 9.296/96).

O acórdão foi ementado nos termos abaixo:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

De mais a mais, quanto à suposta ofensa ao art. 5º, XII, da Constituição Federal, cumpre ressaltar que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que é plenamente possível o

compartilhamento de dados obtidos em interceptação telefônica, regularmente autorizada em processo criminal, com feito diverso, de natureza não criminal. Confira-se, a propósito:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DEMISSÃO DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS AUTORIZADAS JUDICIALMENTE. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de impossibilidade de inovação do objeto da inicial do mandado de segurança para incluir questões não suscitadas na instância a quo. Precedentes. 2. A comunicabilidade entre as esferas administrativa e penal é restrita às situações em que configurada a inexistência material do fato ou a negativa de sua autoria. 3. Dados obtidos em interceptações telefônicas realizadas com chancela judicial, no curso de investigação criminal ou de instrução processual penal, podem ser utilizados como prova emprestada em processo administrativo disciplinar. Precedentes. 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, por se tratar de recurso interposto em mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/2009 e Súmula nº 512/STF). 5. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação, no caso de votação unânime, da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

(RMS 30295 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/02/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-029 DIVULG 12-02-2019 PUBLIC 13-02-2019)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. — PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PROVA EMPRESTADA DO PROCESSO PENAL. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE COMPROVADA. ALEGAÇÃO GENÉRICA. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(RMS 34786 ED-AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-164 DIVULG 13-08-2018 PUBLIC 14-08-2018)

PROVA EMPRESTADA. Penal. Interceptação telefônica. Documentos. Autorização judicial e produção para fim de investigação criminal. Suspeita de delitos cometidos por autoridades e agentes públicos. Dados obtidos em inquérito policial. Uso em procedimento administrativo disciplinar, contra outros servidores, cujos eventuais ilícitos administrativos teriam despontado à colheita dessa prova. Admissibilidade. Resposta afirmativa a questão de ordem. Inteligência do art. 5º, inc. XII, da CF, e do art. 1º da Lei federal nº 9.296/96. Precedentes. Voto vencido. Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas, judicialmente autorizadas para produção de

prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, bem como documentos colhidos na mesma investigação, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessas provas.

(Pet 3683 QO, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 13/08/2008, DJe-035 DIVULG 19-02-2009 PUBLIC 20-02-2009 EMENT VOL-02349-05 PP-01012 RMDPPP v. 5, n. 28, 2009, p. 102-104)

Por derradeiro, relativamente à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno no agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

Presentes os pressupostos de admissibilidade, **conheço do agravo**.

Pretende o agravante, em síntese, o provimento do agravo regimental para que seja reformada a decisão monocrática, a fim de que seja concedida a segurança almejada.

O agravo, contudo, não comporta provimento.

A fim de delimitar a controvérsia, colaciono os fundamentos elencados na decisão por mim proferida às fls. 1.306-1329, que negou provimento ao recurso, **in verbis**:

(...)

Consoante ficou assentado na decisão agravada, busca-se, no presente recurso ordinário, o reconhecimento da nulidade da decisão proferida pelo Juízo da 8ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo/SP, que autorizou o compartilhamento das informações constantes do "PCD" n. 2005.61.81.009285-1 com a Receita Federal do Brasil, bem como a invalidação das provas derivadas de tal medida. Requer, ademais, a declaração de nulidade das interceptações telefônicas deferidas no bojo do referido "PCD", sob o argumento de que é nula a primeira decisão que autorizou a medida (deferida em 6/10/2005), pois fundamentada em *"meras suspeitas de ilícitos"* (fl. 1.178) e argumenta que as decisões posteriores que prorrogaram as interceptações não demonstraram a sua imprescindibilidade para a conclusão do feito.

No que concerne à nulidade da decisão de fls. 58-59, proferida em 6/10/2005, que **autorizou a interceptação telefônica e a quebra de sigilo de dados** por falta de fundamentação quanto à demonstração de indícios de autoria ou participação em crimes, o eg. Tribunal **a quo**, ao analisar o tema, rechaçou a alegação de inexistência de fundamentos fáticos e legais para a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, assim como para as sucessivas prorrogações, enfatizando que a questão já havia sido decidida, em cognição exauriente, nos autos da apelação criminal n. 0005827- 49.2003.4.03.6181, julgada em 14/4/2015.

O exame dos fundamentos do v. acórdão revela que as instâncias ordinárias afastaram a alegação de nulidade das interceptações, e justificaram a necessidade da medida invasiva em razão natureza dos fatos criminosos analisados, e a existência de provável relação dos investigados com os fatos apurados.

Nota-se que o eg. Tribunal **a quo** manteve a decisão do ilustre magistrado, por ter sido fundamentada em material probatório extraído dos autos, sendo o bastante para o atendimento do requisito previsto no inciso I do art. 2º da Lei n. 9.296/96.

Ademais, para afastar a conclusão das instâncias ordinárias no sentido da existência e suficiência de elementos concretos que autorizariam o deferimento das interceptações telefônicas e de dados, seria necessário aprofundado reexame de matéria fático-probatória, inviável na via eleita.

A respeito da alegação de que as decisões que prorrogaram as interceptações não teriam fundamentado que a medida seria o único meio de prova disponível, o que acabaria por violar o disposto no art. 2º, II, da Lei 9.296/1996 (que não admite a interceptação telefônica, quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis), igualmente não assiste razão à agravante, pois *"é ônus da defesa, quando alega violação ao disposto no artigo 2º, inciso II, da Lei 9.296/1996, demonstrar que existiam, de fato, meios investigativos às autoridades para a elucidação dos fatos à época na qual a medida invasiva foi requerida, sob pena de a utilização da interceptação telefônica se tornar absolutamente inviável"* (HC n. 254.976/RN, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 31/10/2014).

No que tange à alegada nulidade da decisão judicial que **autorizou o compartilhamento das informações** constantes do "PCD" n. 2005.61.81.009285-1 com a Receita Federal do Brasil, o eg. Colegiado de origem entendeu pela possibilidade de que as *"provas colhidas no bojo de procedimento criminal, desde que obtidas mediante*

interceptação telemática devidamente autorizada por Juízo competente, podem ser objeto de compartilhamento para instrução de processo diverso, inclusive o seu uso contra terceiros" (fl. 1.147).

O referido entendimento, mantido no v. acórdão recorrido, não diverge da jurisprudência deste Tribunal Superior, no sentido de que, **"As informações obtidas pela quebra do sigilo bancário em processo criminal podem e devem ser encaminhadas às autoridades competentes - Ministério Público e Receita Federal, havendo evidências do cometimento de outros crimes. (Interpretação conjunta dos arts. 3º, 6º e 10 Lei Complementar nº 105/01 e do art. 40 do CPP)"** (REsp n. 1.111.248/RS, Segunda Turma, Relª. Minª. Eliana Calmon, DJe de 10/02/2010).

O entendimento prevalente é de que, havendo a válida quebra do sigilo, o compartilhamento da prova entre as instituições públicas, para a correta e completa apuração e apenamento, é medida válida e necessária. Em tal contexto, não há óbice a que a prova validamente obtida em procedimento criminal, por decisão judicial motivada, seja compartilhada com outros órgãos públicos, como, inclusive, é o caso da Receita Federal.

(...)

Em tal contexto, não se verifica a alegada violação a direito líquido e certo da recorrente.

Acrescente-se que no presente agravo regimental não se aduziu qualquer argumento novo e apto a ensejar a alteração da decisão ora agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

Acerca do tema, cito os seguintes precedentes desta Corte:

(...)

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo regimental** (fls. 1366/1387).

Veja-se, ainda, o que foi consignado em sede de embargos de declaração:

Presentes os pressupostos de admissibilidade, **conheço dos embargos**.

Pretende a embargante que sejam sanadas omissões no julgado embargado, com efeitos infringentes, para o fim de provimento do recurso ordinário ou, subsidiariamente, para o efeito de prequestionamento dos temas constitucionais relativos à violação ao art. 5º, inciso XII, da CF/88, no que tange à inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; e violação ao art. 5º, LIV e LV, art. 93, inciso IX, e art. 136, §2º, todos da CF/88, bem como sobre os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, no tocante à alegada ausência de fundamentação das decisões judiciais que a decretaram as interceptações telefônicas e telemáticas, bem como suas sucessivas prorrogações.

Destaque-se, **ab initio**, conforme jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior de Justiça, que são cabíveis embargos declaratórios quando houver, na decisão ou acórdão embargados, contradições, omissões ou obscuridades a serem sanadas. Além disso, é cediço que os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão ou acórdão embargados não padecerem dos

vícios que autorizariam a sua oposição.

Na hipótese, não vislumbro a existência das apontadas omissões no acórdão que manteve decisão anterior proferida no recurso ordinário em mandado de segurança, para considerar que não há nulidade na decisão judicial que autorizou o compartilhamento das informações regularmente obtidas em procedimento criminal - mediante interceptações telefônicas autorizadas pelo Juízo competente -, com a Receita Federal do Brasil.

Transcrevo, no ponto, excertos do voto, que assim analisou a questão, **in verbis**:

(...)

Nos presentes embargos, a despeito da alegação de omissão na análise de determinadas teses constitucionais, infere-se do acórdão obargado, que o teor da prestação jurisdicional corresponde aos fundamentos constantes dos autos e adequou-se ao tema suscitado no recurso, com esteio na jurisprudência desta Corte de Justiça, nos limites do que foi alegado na petição recursal.

Sobre o tema, este Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência no sentido de que: "[...] Não se pode conceber a análise da discussão por outra linha de raciocínio somente para possibilitar subsequente interposição recursal, eis que as hipóteses legais não contemplam o oferecimento de embargos apenas com a finalidade de se prequestionar matéria para fins de recurso extraordinário" (EDcl no HC n. 403.848/RJ, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 19/12/2017, grifei).

Com efeito, a ausência de menção à matéria constitucional não significa omissão, nem ausência de prequestionamento, eis que "*O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas, sim, que este tenha versado inequivocamente a matéria objeto da norma que nele se contenha*" (RE n. 141.788/CE, Relator Ministro **Sepúlveda Pertence**, in DJ de 18/6/93).

Ademais, cumpre destacar que, mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, hipóteses que não se verificam no caso concreto.

Acrescento, por fim, que o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pelas partes ao proferir decisão no processo, bastando que, pela motivação apresentada, seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou o pedido, exatamente como se deu na hipótese em análise.

Sobre as questões em análise, confirmam-se os precedentes desta Corte:

(...)

Nesse contexto, à minguia de omissão no acórdão embargado, **rejeito os embargos de declaração** (fls. 1439/1444).

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ante o exposto, no tocante aos arts. 5º, incisos LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal, **nego seguimento** ao recurso extraordinário. No mais, com espeque no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito** o apelo extremo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

